

O fascínio da teoria da alienação



Dora Longo Bahia. Escalpo Paulista, 2005. Acrílica sobre parede 210 x 240 cm (aprox.)



Por **MARCELLO MUSTO***

O conceito de alienação foi fundamental para a compreensão do capitalismo por Karl Marx

A compreensão inovadora de Marx da alienação do trabalho é parte inestimável de seu pensamento. Para Marx, a alienação era fundamental para a compreensão do capitalismo e sua superação.

A alienação foi uma das questões mais importantes e debatidas do século XX e a teoria do fenômeno proposta por Karl Marx teve um papel fundamental na construção do conceito. No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, a própria teoria da alienação não se desenvolveu de forma linear e a publicação de textos inéditos em que Marx analisou o conceito, marcou um momento significativo na transformação de sua teoria e na sua disseminação no uma escala global.

Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, com a categoria de “trabalho alienado”, Marx não apenas estendeu o escopo do problema da alienação da esfera filosófica, religiosa e política para a esfera econômica da produção material, mas também converteu este último em condição indispensável para compreender e superar o primeiro. No entanto, essa

primeira elaboração, escrita aos 26 anos, foi apenas o esboço inicial de sua teoria. Embora muitas das teorias marxistas posteriores de alienação tenham sido erroneamente fundadas nas observações incompletas dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 – que superestimam o conceito de “auto-alienação” (*Selbst-Entfremdung*) – não devemos esquecer que duas décadas ou mais de pesquisas que Marx fez antes de publicar *O Capital* produziram uma evolução considerável em seus conceitos.

Nos escritos econômicos das décadas de 1850 e 1860, Marx aprofundou seu pensamento sobre a alienação. As ideias que Marx apresenta nesses textos se destacam por combinar a crítica da alienação na sociedade burguesa com a descrição de uma possível alternativa ao capitalismo.

A longa marcha do conceito de alienação

Em *A Fenomenologia do Espírito* (1807), Georg W. F. Hegel propôs a primeira elaboração sistemática do problema da alienação. Para descrever o processo pelo qual o Espírito se torna outro na esfera da objetividade, ele adotou os termos *Entausserung* (estranhamento), *Entfremdung* (alienação) e *Vergegenständlichung* (literalmente: “transformar-se em objeto”, normalmente traduzido como “objetificação”). O conceito de alienação desempenhou um papel proeminente nos escritos da esquerda hegeliana. Uma contribuição importante nesse sentido foi a teoria da alienação religiosa proposta por Ludwig Feuerbach em *A essência do Cristianismo* (1841), ou seja, a ideia de que a religião surge da projeção da própria essência do homem em uma divindade imaginária. Mais tarde, porém, ele desapareceu da reflexão filosófica e nenhum dos pensadores importantes da segunda metade do século XIX considerou o problema. Em suas obras publicadas, Marx raramente usa o termo e a discussão da alienação estava completamente ausente no marxismo da Segunda Internacional (1889-1914).

No entanto, deve-se destacar que durante o período muitos intelectuais desenvolveram outros conceitos, posteriormente associados à alienação. Em *A divisão do trabalho social* (1893) e *O suicídio* (1897), Émile Durkheim introduziu o termo “anomia” para designar um conjunto de fenômenos que ocorrem quando as normas que garantem a coesão social entram em crise após uma expansão considerável da divisão do trabalho. As tendências sociais concomitantes às grandes transformações do processo de produção também foram o eixo do pensamento dos sociólogos alemães.

Em *A filosofia do dinheiro* (1900), Georg Simmel estudou a dominação dos indivíduos por instituições sociais e a crescente impessoalidade das relações humanas. Por sua vez, Max Weber, em *Economia e Sociedade* (1922), abordou os fenômenos da “burocratização” no plano social e do “cálculo racional” no plano das relações humanas, que definiu como a

essência do capitalismo. Mas esses autores pensaram que estavam descrevendo tendências incontrolláveis nas relações humanas e suas reflexões foram guiadas pelo desejo de melhorar a ordem política e social existente (e não a substituir por outra).

Devemos a redescoberta da alienação a Georg Lukács, que em *História e consciência de classe* (1923) introduziu o termo “reificação” (*Versachlichung*) para descrever o fenômeno do trabalho que opõe o ser humano como algo independente e objetivo e que os domina mediante leis externas e autônomas. Em 1932, o aparecimento dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, uma obra até então inédita da juventude de Marx, foi um evento decisivo. No âmbito deste trabalho, o conceito de alienação refere-se ao fenômeno pelo qual o produto do trabalho se opõe ao trabalho como algo estranho, como um poder independente do produtor.

Marx definiu quatro formas de alienação do trabalhador na sociedade burguesa: (1) pelo produto de seu trabalho, que se torna um objeto estranho que exerce poder sobre ele; (2) em sua atividade de trabalho, que ele percebe como dirigida contra si mesmo e como se não lhe pertencesse; (3) pela “essência genérica” do homem que se transforma em um ser estranho; e (4) por outros seres humanos e em relação ao seu trabalho e ao objeto do seu trabalho. Ao contrário de Hegel, Marx argumenta que a alienação não coincide com a objetificação em si, mas com um fenômeno particular que ocorre em uma forma precisa de economia: isto é, trabalho assalariado e a transformação dos produtos do trabalho em objetos. Enquanto Hegel apresentava a alienação como uma manifestação ontológica do trabalho, Marx estava convencido de que era a característica de uma época específica de produção: o capitalismo.

Ao contrário, no início do século XX, quase todos os autores que abordaram o problema consideravam que a alienação era um aspecto universal da vida. Em *Ser e Tempo* (1927), Martin Heidegger tratou a alienação em termos puramente filosóficos. Nesse tipo de fenomenologia da alienação, ele cunhou a categoria “queda” [*Verfallen*] para se referir à tendência da existência humana de se perder na inautenticidade do mundo circundante. Heidegger não considerou esta queda como uma propriedade negativa e deplorável da qual, “talvez, fases mais avançadas da cultura humana sejam capazes de se desprender”, mas sim como uma “forma existencial de estar-no-mundo”, isto é, como uma realidade que faz parte da dimensão fundamental da história.

Após a Segunda Guerra Mundial, sob a influência do existencialismo francês, a alienação tornou-se um tema recorrente na filosofia e na literatura. Mas foi identificada com um mal-estar difuso do homem na sociedade e uma divisão entre a individualidade humana e o mundo da experiência: uma condição humana intransponível.

Os filósofos existencialistas não propunham uma origem social para a alienação, mas a concebiam como algo inevitavelmente ligado à “facticidade” – perspectiva reforçada, sem dúvida, pelo fracasso da experiência soviética – e à alteridade humana. Marx tentou desenvolver uma crítica da dominação buscando um ponto de apoio em sua oposição às relações capitalistas de produção. Os existencialistas seguiram o caminho inverso: tentaram absorver as partes da obra de Marx que consideravam úteis para suas próprias abordagens, no quadro de um debate puramente filosófico, esvaziado de qualquer crítica histórica específica.

Outro caso foi Herbert Marcuse, que também identificou alienação com objetificação e não com sua manifestação no quadro das relações de produção capitalistas. Em *Eros e Civilização* (1955), ele se distanciou de Marx e argumentou que a emancipação só poderia ser alcançada por meio da abolição – e não da liberação – do trabalho e da afirmação da libido e do jogo nas relações sociais. Marcuse acabou se opondo à dominação tecnológica em geral, de modo que sua crítica à alienação deixou de visar as relações capitalistas de produção e suas reflexões sobre a mudança social tornaram-se tão pessimistas que muitas vezes incluiu a classe trabalhadora entre eles.

O fascínio irresistível da teoria da alienação

Uma década depois, o termo entrou sociologia americana. A sociologia “mainstream” tratou o problema como referente ao ser humano individual – e não às relações sociais. Focou a pesquisa na busca de soluções sobre a capacidade dos indivíduos de se adaptar à ordem existente – e não em práticas coletivas que visam transformar a sociedade. Esse deslocamento acabou por degradar a análise dos fatores sócio-históricos. Enquanto, na tradição marxista, o conceito de alienação havia contribuído para algumas das mais afiadas críticas ao modo de produção capitalista, a sua institucionalização na esfera da sociologia reduziu a um fenômeno de desajuste indivíduo a normas coletivas. Essas interpretações contribuíram para o empobrecimento teórico do discurso sobre a alienação que, afastando-se esse fenômeno complexo ligado à atividade laboral humana, tornou-se mesmo um fenômeno positivo, um meio de expressar a criatividade. Assim, acabou desaparecendo ao ponto de se tornar praticamente insignificante.

No mesmo período, o conceito de alienação também fez seu caminho para a psicanálise, onde Erich Fromm o utilizou para construir uma ponte com o marxismo. Porém, o filósofo alemão acabou colocando toda a ênfase na subjetividade. A sua noção, sintetizada em *Psicanálise da sociedade contemporânea* (1955), via a alienação como um modo de experiência em que o indivíduo se percebe como estranho. Ora, isso definia a alienação como vocação. Fromm baseou-se exclusivamente na concepção apresentada por Marx nos

Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 e mostrou que não compreendia a especificidade e a centralidade do trabalho alienado no pensamento de Marx. Essa lacuna o impedia de dar o devido peso à alienação objetiva (isto é, aquela que afeta o trabalhador no processo de produção e define sua relação com o produto do trabalho).

Na década de 1960, as teorias de alienação entraram em voga e o conceito parecia expressar perfeitamente o espírito da época. Em *A sociedade do espetáculo* (1967), Guy Debord relacionou a teoria da alienação com a crítica da produção imaterial. Ele argumentou que com a “segunda revolução industrial”, o consumo alienado se tornou, na mesma medida que a produção alienada, um dever das massas. Em *A sociedade do consumo* (1970), Jean Baudrillard se distanciou da abordagem marxista, ou seja, da centralidade da produção e, assim, também identificou o consumo como o fator fundamental da sociedade moderna.

Então, a era do consumo, em que a publicidade e as pesquisas criam necessidades espúrias e consenso de massa, tornou-se a “era da alienação radical”. No entanto, a popularidade do termo e sua aplicação indiscriminada criaram uma profunda ambiguidade conceitual. Em poucos anos, a alienação tornou-se uma fórmula vazia que cruzou todo o espectro da infelicidade humana e sua amplitude gerou a crença de que se referia a uma situação imutável. Centenas de livros e artigos foram escritos e publicados em todo o mundo.

Foi a época da alienação *tout court*. Autores de diferentes origens políticas e acadêmicas propuseram diferentes causas para explicar o fenômeno: comercialização, superespecialização, anomia, burocratização, conformidade, consumismo, perda de significado gerado por novas tecnologias, incluindo isolamento pessoal, apatia, marginalização étnica ou social e contaminação ambiental. O debate atingiu um limite paradoxal no contexto acadêmico americano, onde o conceito de alienação sofreu uma distorção real e acabou sendo utilizado pelos defensores daquelas classes contra as quais havia sido elaborado em primeira instância.

Alienação de acordo com Karl Marx

A difusão dos *Grundrisse*, um manuscrito escrito entre 1857 e 1858 que ganhou popularidade na década de 1970, evidenciou o conceito de alienação que Marx trabalhou em seus escritos maduros. O seu estudo recolheu as observações dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, mas os enriqueceram com uma compreensão muito mais ampla de categorias econômicas e uma análise social mais rigorosa. Nos *Grundrisse*, Marx usou o termo “alienação” mais de uma vez e argumentou que no capitalismo: “O intercâmbio geral de atividades e produtos, que se tornou a condição de vida de cada indivíduo em particular e é sua condição de reciprocidade [com outros], apresenta-se a si mesmos como estranho, algo independente, como uma coisa. No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas é

transformado em uma relação social de coisas; a capacidade pessoal, em uma capacidade de coisas”.

Os *Grundrisse* não foram o único texto maduro incompleto em que Marx abordou a alienação. Cinco anos depois, o esboço da parte VI do primeiro livro de *O Capital* (1863-1864) estabeleceu uma ligação mais estreita entre a análise econômica e política e o conceito de alienação. Marx então argumentou que “o domínio do capitalista sobre o trabalhador é o domínio das coisas sobre os seres humanos, do trabalho morto sobre o trabalho vivo e do produto sobre o produtor. Na sociedade capitalista, a transposição da produtividade social do trabalho para os atributos materiais do capital promove uma verdadeira personificação das coisas e uma reificação das pessoas, e cria a aparência de que as condições materiais de trabalho não estão sujeitas ao trabalhador, ao contrário, é aquele que está sujeito a eles.

O progresso que essa concepção representa em comparação com os primeiros escritos também é evidente na famosa seção de *O Capital* (1867), intitulada “O fetichismo das mercadorias”. Segundo Marx, na sociedade capitalista, as relações entre as pessoas não são apresentadas como relações sociais, mas como “relações sociais entre coisas”. Este fenômeno é o que ele chamou de “o fetichismo que se liga aos produtos do trabalho assim que são produzidos como mercadorias, e que é inseparável da produção de mercadorias”. Em qualquer caso, o fetichismo da mercadoria não substituiu a alienação dos escritos da juventude. Marx continuou a argumentar que na sociedade burguesa, as qualidades e relações humanas tornam-se qualidades e relações das coisas. Essa teoria – que antecipa o que Lukács chamaria de reificação – ilustra o fenômeno do ponto de vista das relações sociais, enquanto o conceito de fetichismo aborda a mesma questão do ponto de vista das mercadorias.

A difusão de todos esses escritos de Marx abriu caminho para uma concepção de alienação diferente de todas aquelas que se tornaram hegemônicas na sociologia e na psicologia. É uma concepção voltada para a superação da alienação na prática; ou seja, para a ação política dos movimentos sociais, partidos e sindicatos que se mobilizam para transformar as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. A publicação desses textos, que – após a edição dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 em 1930 – poderíamos chamar de “segunda geração” dos escritos de Marx sobre a alienação, não apenas forneceu uma base teórica coerente para os novos estudos do fenômeno, mas também uma plataforma ideológica anticapitalista a serviço do extraordinário movimento social e político que então varreu o mundo. A alienação deixou os livros de filósofos e salas de conferências universitárias, tomou conta das ruas e locais de trabalho e tornou-se uma crítica geral da sociedade burguesa.

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho sofreu uma derrota histórica e a esquerda ainda enfrenta uma crise profunda. Com o neoliberalismo, voltamos a um sistema de exploração

que em muitos aspectos é semelhante ao do século XIX. Claro, Marx não tem uma resposta para todos os nossos problemas, mas ele fez as perguntas essenciais. Em uma sociedade dominada pelo mercado e pela competição entre os indivíduos, a redescoberta do conceito de alienação de Marx fornece uma ferramenta crítica indispensável, tanto para compreender o passado quanto para criticar o capitalismo contemporâneo.

***Marcello Musto** é professor de sociologia na Universidade de York (Toronto). Autor, entre outros livros, de *O velho Marx* (Boitempo).

Tradução: *Eleutério Prado*.

Publicado originalmente na revista *Jacobin*.

UA-148478982-1